



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 137, SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
93.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

| | | | |
|---------------------------|----|----------------------------|----|
| RELAÇÃO DE ORADORES | 04 | SESSÃO SOLENE | 14 |
| PAUTA | 04 | PARECERES | 15 |
| ATA | 04 | RESENHAS DE REUNIÕES | 17 |
| REQUERIMENTO | 04 | TELEGRAMA | 18 |

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

- 1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

- 1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|--|---------------------------|
| Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE | Alberto Franco (BPP) |
| Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE | Antonio Pereira (BPP) |
| Pavão Filho (BPD) | José Lima (BPP) |
| Carlos Braide (BPP) | Rubens Pereira (BPD) |
| Mauro Bezerra (BPO) | Helena Barros Heluy (BPO) |

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|------------------------------------|-----------------------|
| Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE | Antonio Pereira (BPP) |
| Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE | Socorro Waquim (BPP) |
| Soliney Silva (BPP) | Maura Jorge (BPD) |
| Rubens Pereira (BPD) | Antônio Bacelar (BPD) |
| Rubem Brito (BPO) | Mauro Bezerra (BPO) |

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE | Humberto Coutinho (BPP) |
| Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE | Camilo Figueiredo (BPD) |
| Rigo Teles (BPD) | Socorro Waquim (BPP) |
| Manoel Ceará (BPP) | Pavão Filho (BPD) |
| Rubem Brito (BPO) | Domingos Dutra (BPO) |

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|--------------------------------------|----------------------|
| Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE | Teresa Murad (BPD) |
| Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE | Carlos Braide (BPP) |
| Pavão Filho (BPD) | Rubens Pereira (BPD) |
| Cristina Archer (BPP) | José Lima (BPP) |
| Luis Pedro (BPO) | Julião Amin (BPO) |

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|--------------------------------------|------------------------|
| Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE | Carlos Braide (BPP) |
| Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE | João Evangelista (BPD) |
| Teresa Murad (BPD) | Maura Jorge (BPD) |
| Manoel Ceará (BPP) | Paulo Neto (BPP) |
| Carlos Filho (BPP) | Fortunato Macedo (BPO) |

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

| <u>Titulares</u> | <u>Suplentes</u> |
|---|-------------------------|
| Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE | Camilo Figueiredo (BPD) |
| Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE | Manoel Ceará (BPD) |
| Elígio Almeida (BPP) | Stênio Resende (BPP) |
| João Evangelista (BPD) | Cristina Archer (BPP) |
| Wilson Carvalho (BPD) | Fortunato Macedo (BPO) |

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.**Titulares**

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.**Titulares**

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.**Titulares**

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.**Titulares**

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.**Titulares**

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.**Titulares**

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02/12/2004 - 5.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 02 /12/2004 – 5ª FEIRA:****ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 147/04, de autoria do Senhor Deputado Max Barros, que considera de Utilidade Pública, o Instituto EFRAIM, com sede e foro em São Luis-MA.

SECRETARIA DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 01 de dezembro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Nonagésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em primeiro de dezembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Max Barros.
Segundo secretário deputado Pavão Filho.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, César Pires, Cristina Archer, Deusdedit Sampaio, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubens Pereira, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

Ausentes: Carlos Filho, Elgício Almeida, Paulo Neto, Pedro Veloso, Rubem Brito e Socorro Waquim.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO PAVÃO FILHO – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE**REQUERIMENTO Nº 215 / 04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa., que depois de ouvido o Plenário, seja criada uma Comissão Especial de Deputados, composta por membros da Comissão Permanente de Economia, Indústria e Comércio, e da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo, para acompanhar em todos os níveis, o processo de implantação da usina hidrelétrica no município de Estreito - Ma., como uma forma de participação do Poder Legislativo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 26 de novembro de 2004. ANTONIO PEREIRA - Deputado Estadual.

APROVADO
EM: 01.12.04

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS - Expediente lido senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Eu uso a tribuna hoje para colocar a posição do nosso partido com relação as eleições para presidente desta Casa. Hoje eu li na imprensa algumas análises feitas pela imprensa de forma equivocada, quando coloca que o nosso partido tem um racha. O nosso partido não rachou com relação as eleições desta Casa, não rachou com relação a nossa interpretação de oposição no Estado do Maranhão. Nós continuamos como oposição, agora entendemos que o processo democrático é uma construção lenta e não é fácil mudar o que ocorre no nosso estado há quase 40 anos, é difícil. Há deputado que diz que tem medo até de explicitar que está do lado do governo com medo de uma perseguição futura do grupo que domina o estado. Então não é fácil, não é fácil construir o processo democrático no Maranhão, é muito difícil, nós não podemos fazer política olhando somente o hoje, temos que olhar o amanhã também, temos que olhar o amanhã. Há duas teses defendidas dentro do nosso partido com relação a eleição, há duas teses, eu boto até três teses porque se tivesse reeleição votaríamos no Deputado Milhomem para presidente. Se tivesse reeleição nesta Casa não teria um deputado da oposição que votaria contra o Milhomem. Nós entendemos isso por quê? Nós votaríamos no Deputado Milhomem porque ele deu aqui nesta Casa um atestado de competência, foi hábil, soube administrar as contradições ideológicas dentro desta Casa, e nós votaríamos nele para presidente. Então nós éramos contra o processo de reeleição nesta Casa para ajudar a construir o processo de alternância de poder no Maranhão. Essa é que foi a posição do PDT. E hoje? Hoje nós temos duas teses, tem três companheiros no PDT que acham que nós construiríamos esse processo se elegêssemos um candidato da oposição

a presidente desta Casa. Nós somos oito deputados, sonhar todo mundo tem o direito de sonhar, mas não é fácil a oposição fazer um presidente desta Casa. Aposta-se em uma divergência dos dois grupos políticos e que um deles iria apoiar o candidato da oposição. Eu não acredito nisso que é muito mais fácil eles se conciliarem do que votar no candidato da oposição. Quando houve a disputa pelo fim da reeleição aqui que nós votamos no Deputado Milhomem, todo mundo, como é que o PDT vota no Milhomem? Nós não votamos no nome, votamos num processo, numa tese que poderia facilitar a alternância do poder no Maranhão. E ele ajudou? Ajudou. Ele faz parte do grupo político contrário a oposição no Maranhão, mas ele, da forma democrática conduziu a administração desta Casa, ele ajudou, colocou o tijolozinho dele lá, como está colocando também o Governador José Reinaldo, está colocando o tijolo. Muita gente diz assim: mas amanhã o governador vai estar junto do outro lado porque isso é uma farsa. Pode até ser, mas é muito desmoralizante para eles amanhã tomarem uma atitude diferente. Então quero deixar bem claro que o nosso partido não tem racha. Há maneiras de interpretar a condução do processo, mas no dia das eleições todos nós estaremos aqui votando, votando no candidato que é importante para o nosso partido. Quero deixar bem claro isso, nós conversamos todo dia, conversamos eu, os Deputados Mauro, Rubem, Luiz Pedro e a Graça, todo dia conversamos, agora nós temos que entender isso, que nós temos que ajudar a construir o processo democrático no nosso estado. Eu estava conversando há pouco com o jornalista Cunha Filho, que há 25 anos atrás nós estávamos reunidos e pensando em uma alternativa de como se construir um processo de alternância do poder no Maranhão, e de lá para cá nada mudou. Nada mudou, continuam as mesmas coisas. Sonhar, nós sempre sonhamos de eleição para eleição, mas queremos um fato concreto e aquilo que for positivo para se construir um processo democrático no Maranhão, nós do PDT estaremos juntos para que realmente consiga libertar nosso estado que precisa disso. Se V. Exa. for analisar, hoje o poder que está nas mãos dessas pessoas no Maranhão, ele é muito grande e eu digo sempre, ele é dono inclusive das instituições, as nossas instituições não têm a liberdade de constitucionalmente exercerem a sua competência, então é para isso que lutamos. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra a senhora Deputada Teresa Murad.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. O que me traz aqui a esta tribuna é que ontem eu fui informada pela minha assessoria de que o deputado do PDT, Luiz Pedro, teria dito aqui que Coroatá estava sofrendo um verdadeiro desmonte na saúde, que ele esteve no Socorrão e que chegando lá disseram que o Socorrão estava abarrotado de pacientes de Coroatá. Eu quero dizer que eu poderia até ter respeito pelo Deputado Luiz Pedro, porque eu sempre tenho muito respeito pelos colegas. Só que V.Exa. disse que o Socorrão está abarrotado de pacientes, mas não deve ser por causa de Coroatá. Se V.Exa. está querendo fazer politicagem aqui nesta Casa comigo, aí é um caso diferente. V.Exa. tem que provar, em primeiro lugar, se realmente o Socorrão está abarrotado de pacientes do município de Coroatá. Agora eu quero que todos saibam que São Luís recebe quase três milhões de reais para atender aqueles municípios que não fazem a saúde como deveriam fazer. E também recebe esse dinheiro, esse recurso, para receber pacientes de municípios que são Pólos Regionais, como é o caso de Coroatá, e que atende até média complexidade. Aqueles exames, aqueles casos de alta complexidade, o Sistema de Saúde de São Luís tem obrigação de receber pacientes de Coroatá e não está fazendo nenhum favor em receber esses pacientes que precisam desse atendimento de alta complexidade. Portanto Deputado Luiz Pedro, enquanto V.Exa não provar que o Socorrão está abarrotado de pacientes de Coroatá, na minha opinião e no meu entendimento, V.Exa. está olhando só para o seu umbigo e veio aqui completamente equivocado. Eu acho que não é assim que se deve fazer

política. Acho que estão tendo uma interpretação muito equivocada do que é política, principalmente aqui no Maranhão e principalmente aqui nesta Casa, que pensam que esta Casa é uma Casa que tem ressonância no estado inteiro, e pensam que podem chegar aqui falando o que bem entendem sem conhecimento e sem provar aquilo que pode ou que não pode ser provado. Portanto, reafirmo tudo o que falei aqui agora. Coroatá é um modelo de administração, tudo o que se faz lá se faz bem feito e pensando no cidadão, e nós temos como provar que não existe mais de do que trinta pacientes por mês vindo aqui para São Luís para serem atendidos no Socorrão que é obrigação do Sistema de Saúde de São Luís atender. Porque São Luís recebe os recursos e tem que atender e não está fazendo nenhum favor. Portanto, enquanto V.Exa. não provar que o Socorrão está abarrotado de pacientes de Coroatá, não acreditarei em V.Exa. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa e galeria. Inicialmente senhor presidente, eu quero comunicar a esta Casa e de forma especial V.Exa, que a comissão criada para fazer o levantamento sobre as irregularidades do Programa Bolsa Família, fez seis audiências em seis municípios diferentes e já há um consenso na comissão, que em função do tempo, em função das provas coletadas, o material que nós dispomos já é suficiente para elaborar o nosso relatório, apontar as sugestões que a comissão já tem a nível local e a nível nacional para melhorar o programa, e marcar uma audiência com o Ministro Patrus Ananias para entregar esse relatório, porque as irregularidades que hoje são praticadas no interior do Maranhão, se equiparam a prática do crime organizado. O que nós vimos em Icatu, o que nós vimos em Alcântara, em Pinheiro, Cururupu e principalmente Carutapera, a gente pode afirmar que existem verdadeiras quadrilhas atuando no interior desses programas. Em Carutapera, dos municípios visitados, foi o município mais emblemático, porque lá quem faz o cadastro é a prefeitura e quem entrega os cartões são os funcionários da prefeitura, e a casa lotérica, é simplesmente do prefeito. Portanto, quero comunicar a V.Exas, o relator está inscrito no Grande Expediente, nós vamos dialogar sobre isso, mas eu queria convidar o deputado relator Wilson Carvalho, deputado vice-presidente Pavão Filho, Deputado Aderson Lago, Deputado Rubens Pereira, Deputado Eligio para logo após a sessão a Comissão se reunir para a gente estabelecer o roteiro do nosso relatório e marcar o dia da entrega do relatório, e também solicitar a Mesa que marque uma Audiência com o Ministro Patrus Ananias para gente poder entregar esse relatório. A gravidade do programa exige rapidez em sugestões que possam estancar esta verdadeira sangria desses programas do Governo Federal, com o destaque para o Bolsa Família. Mas, vou deixar para o debate que o Deputado Wilson Carvalho vai fazer no Grande Expediente. Senhor presidente, o segundo assunto diz respeito a lei n.º 282 de 20 de novembro de 2004, sancionada pela Mesa Diretora em função da omissão do governador. Essa lei que tem origem num projeto de minha autoria, eu considero da maior importância para a economia do Maranhão que cria o Programa Maranhense de Incentivo a Cultura a Extração a Comercialização ao consumo e a transformação do pequi, bacuri e demais frutos do cerrado. Neste final de semana participei durante dois dias no Município de João Lisboa de um seminário do GT (Grupo de Trabalho do Cerrado), que é um grupo que hoje existe no interior do Ministério do Meio Ambiente, e durante dois dias entidades não governamental, cooperativas, sindicatos, técnicos do Ministério do Meio Ambiente discutimos lá em João Lisboa como preservar, como utilizar da melhor forma possível o cerrado maranhense. E quero registrar a minha satisfação de que naquele encontro a figura mais importante foi o companheiro Manoel da Conceição, figura conhecida no Brasil e no exterior, que teve uma importância muito grande durante as lutas camponesas antes do golpe de 64, que foi vítima da violência do governo

Sarney em 67 e após passar dez anos no exílio voltou ao nosso país construiu o CENTRU em vários estados do Brasil, Centro do Nordeste e há mais de vinte anos o Manoel da Conceição está radicalizado, domiciliado em Imperatriz com uma atuação no cooperativismo no Sul do Estado e na região Tocantina. Portanto, quero agradecer a Mesa, ao Presidente da Casa por essa lei. Vou marcar uma reunião com Dr.^a Conceição Andrade, para que o Governo do Estado defina urgentemente um programa de proteção à esses frutos do cerrado, e vou marcar com a UEMA, já que a UEMA está encarregada pela lei de fazer todo o estudo de revigoramento do cerrado maranhense. E por fim senhor presidente, dizer a V.Exa. que a atuação dos gaúchos, dos paranaenses, mato-grossenses, principalmente, na região do Baixo Parnaíba, está levando uma intranquilidade. Volto a essa tribuna em outro momento para falar da tentativa de homicídio a um sindicalista de Brejo, cujos acusados ou suspeitos são os sojeiros que estão na região do Baixo Parnaíba. Era esse o registro. Queria agradecer a Mesa por ter cumprido fielmente no prazo, promulgando essa lei que é importante para o extrativismo no Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Humberto Coutinho.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, deputados, galeria, imprensa. O assunto que trago nessa manhã na Assembléia, eu não queria trazer mais uma vez, porque durante a minha campanha eleitoral não vim nenhuma vez a esta tribuna para falar sobre Caxias, falar sobre os desmandos, sobre o que ocorre naquela cidade, mas tudo tem limite. Senhores deputados, temos visto através de jornais, matérias sobre Caxias que a prefeita coloca diariamente. Por causa das notícias desse jornal sobre Caxias, o povo está até revoltado e perguntando. Como é que uma prefeita que faz um trabalho tão belo, como é que uma prefeita faz uma saúde de primeira, uma educação de primeira e tem uma derrota fragorosa na cidade de Caxias. Mas, deixando de lado a divulgação das mentiras sobre Caxias, queremos dizer que o nosso eleitorado foi a juventude, foi um povo esclarecido, então foi o povo de Caxias, aquele alfabetizado que quis a mudança, e a mudança foi aprovada nas eleições no dia 03 de outubro. Para se ter uma idéia do caos administrativo implantado na cidade de Caxias, encaminhei ofício, entrei em contato com a prefeita, para tratar sobre a transição, mas ingelizmente ainda não recebi um documento sequer sobre a prefeitura. Fui à justiça, fiz um ofício apoiado na lei do Deputado Aderson Lago, há mais de quinze dias e não tenho nenhum documento. Não sei nada do que ocorre naquela prefeitura, e o que eu sei é por terceiros. Estou sabendo que essa semana Dr. Elgício, foram fazer uma cesária e não tinha nenhuma compressa. Ontem, ligaram-me dizendo que estavam hidratando um garoto com soro oral, gotinha na boca e vomitava, botava, vomitava. Não tem um remédio sequer no pronto-socorro, faltam medicamentos, faltam soros na maternidade lá do município. Isso é um absurdo o que está acontecendo. Outro fato grave, a prefeita antecipou o encerramento do ano escolar para o dia 30 de novembro e demitiu todos os vigias. Nenhuma escola de Caxias a partir desta data terá vigia. Hoje em Caxias nós temos três mil garotos nas creches, também a creche vai ser encerrada esse mês e a prefeita demitiu todos os vigias da creche, ela quer realmente que ocorra depredação em todo patrimônio público, porque os vigias a partir do mês de dezembro, todos serão demitidos. Isso é um absurdo, é um ato irresponsável que a atual administração está fazendo em Caxias. O que é mais grave, funcionários estão roubando material, funcionários estão indo a delegacia dar queixa que estão roubando material, o próprio dono do roubo é quem vai fazer a queixa na polícia. Enfermeiras, chefes de postos médicos estão levando computadores para suas residências. E o mais grave. Existem três tratores da prefeitura trabalhando na fazenda do esposo da prefeita, a frota de veículos da cidade está totalmente depredada. E lá naquele município a prefeitura diz que não quer nenhum carro inteiro até 1º de janeiro, a ordem é para que todos os motores estejam batidos, não

colocar mais óleo em motor de carro. Isso meus amigos é a filosofia de uma prefeita derrotada. É uma prefeita que juntamente com seu esposo tem que ser banida da política do Estado. Ontem a noite às 18:00hs, o Supremo Tribunal Federal não tomou conhecimento do seu último recurso, que era uma liminar tentando segurar o caso de um deputado federal que é o esposo da prefeita. Os dois fazem um casal perfeito, não sei quem é o pior, se é o esposo ou se é a atual prefeita. Caxias está realmente assustada, a sociedade caxiense está intranquila pela maneira irresponsável como a prefeita quer fazer a transmissão de cargo. Deputada Teresa, faço votos que lá em Coroatá não se faça o mesmo que está sendo feito em Caxias, porque a prefeita de Caxias realmente... a saúde lá não existe, a educação acabou e o povo está intranquilo.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - Espero que Caxias seja igual a Coroatá.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Eu faço votos que Caxias tenha a mesma civilização de Coroatá, para ter uma transição pacífica, a transição em Caxias não está ocorrendo. E realmente nós vamos assumir o governo que é um grande desafio, mas a minha equipe de governo, que vou anunciar na sexta-feira, são competentes, são comprometidos com a sociedade e nós vamos vencer mais esse desafio, com certeza. Obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o senhor Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da imprensa, galeria, funcionários da Casa. Ao chegar a esta Casa fui aqui surpreendido pela incontinência verbal da Deputada Teresa Murad, defendendo o que parece ser indefensável. A atuação da Prefeitura Municipal do Município de Coroatá cujo titular é um parente da senhora deputada. E ontem, o que gerou aqui a violência verbal da deputada, foi um simples aparte que eu dei a um discurso que era proferido aqui desta tribuna pela Deputada Helena Barros Heluy. E a Deputada Helena Barros Heluy lia aqui nesta tribuna um panfleto da Federação dos Trabalhadores da Administração do Serviço Público Municipal do Estado do Maranhão que fazia observações acerca da Prefeitura de Coroatá juntamente com outros municípios como: São Benedito do Rio Preto cujos professores e servidores estavam aqui nesta Casa acompanhando o discurso, Gonçalves Dias, Rosário, Olho D'Água das Cunhãs, Cândido Mendes, Godofredo Viana e tantos outros, inclusive o município de Viana onde faz política o nosso preclaro Deputado Francisco Gomes. Mas a deputada também veio à tribuna para dizer que o que se falavam em relação a Coroatá também era mentira e o que se vê é que parece que a deputada vai ficar até o final do ano, até quando acabar o mandato do senhor Rômulo em Coroatá, vai ficar desmentindo aquilo que se diz aqui desta tribuna. Eu quero dizer a V.Exas. que aquilo que informei ontem nesta Casa, não foi tirado da cabeça do deputado. Aqueles eram dados que me foram repassados pelo diretor do hospital Socorrão II, e logo depois da incontinência verbal da nossa Deputada Teresa Murad, eu liguei para o diretor do hospital pedindo que ele me fornecesse os dados em relação a antes e depois da eleição relativos a internação de pacientes no Socorrão II, para que eu possa trazer na próxima sessão desta Casa os dados que tanto quer ou tanto teme a Deputada Teresa Murad. Então o que nós estamos vendo Deputado Julião Amin, não é um caso que esteja restrito a um simples município. O que está se vendo é uma verdadeira movimentação que está acontecendo no Maranhão em relação a diversos desses municípios, aqueles onde as pessoas que foram banidas das urnas pelo voto popular, não conseguiram chegar nessas eleições de 2004, o que está se vendo é um verdadeiro desmonte da administração pública. É assim com Caxias como disse o Deputado Humberto Coutinho, é assim em Coroatá como a gente está aqui denunciando, é assim em Lima Campos, em São Benedito do Rio Preto. Em todos

esses municípios o que estamos vendo é um verdadeiro desmonte da administração, e isso senhor presidente, a deputada vem aqui para dizer que São Luís recebe por isso, recebe sim, mas o que acontece é que estão lá demitindo médicos como fizeram em Viana, estão demitindo servidores para que não se preste o serviço a população, isto é um absurdo o que está acontecendo no Maranhão. É o verdadeiro desmonte da administração pública e não tem nenhum motivo, porque os recursos do SUS, os recursos do FUNDEF continuam chegando aos municípios da mesma forma, então isto é um absurdo, é uma falta de respeito para com a vontade popular. Se aqueles que não passaram no vestibular das urnas não querem prestar esse serviço, eles têm que dizer porquê estão fazendo isso, porque já foram banidos pelas urnas e agora vão receber as manifestações como está acontecendo Deputado Humberto Coutinho, lá em Caxias, onde estamos vendo o setor saúde e também ir para as ruas como foram os professores, para exigir o cumprimento do serviço que deve ser prestado pela prefeitura. Então deputada, eu vou trazer os dados, porque a verdade está do meu lado e não daqueles que foram derrotados nas urnas de Coroatá e em São Luís. Muito obrigado.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Parecer em votação e discussão única. Parecer nº 207/04, da Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Mauro Bezerra, pede para retirar do Ordem do Dia. Requerimento nº215 de autoria do Deputado Antônio Pereira. (lê). Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Atendendo ao requerimento do Deputado Rubens Pereira, peço a Comissão de Saúde que se possível delibere para uma visita ao Município de Caxias, para ver os descabros que lá acontecem.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o Deputado Wilson Carvalho.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES- Senhor presidente, peço a palavra para uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Concedo a palavra ao Deputado Hélio Soares.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES- Senhor presidente, essa comissão que o nosso nobre companheiro Rubens Pereira está pedindo, passaram uns quatro anos para ele pedir esta comissão, porque está terminando o mandato, e o que vai se fazer, não dá mais tempo nem de chegar em Caxias. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Eu pedi a Comissão de Saúde que delibere.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD- Senhor presidente, eu peço a palavra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Questão de Ordem, deputada.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD- Uma Questão de Ordem. Eu quero apenas sugerir...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não, não é assim deputada, a Questão de Ordem. O quê que é? Diga.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - Calma presidente, calma, calma, V.Exa está estressado hoje. Essa mesma comissão...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Eu já entendi, V.Exa. quer que vá a Coroatá. Eu peço que vá a Coroatá também.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD- Eu sugiro que vá a Coroatá também.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Senhor presidente, peço que reveja os minutos, já passaram quatro minutos.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM– Eu ainda não dei a palavra a V.Exa., um minutinho. Deputada Graça Paz, por gentileza presida a sessão. Com a palavra o Deputado Wilson Carvalho, por 30 minutos.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras, senhores deputados, galeria, imprensa. Eu venho aqui e esta tribuna tratar de um problema que é da maior gravidade no Estado do Maranhão. Entretanto, antes de falar desse assunto vou ligeiramente tratar sobre essa questão da saúde. O que acontece senhores deputados, é que aquilo que é produzido, aquilo que é feito nos hospitais, nos ambulatórios, postos médicos e centros de saúde nos municípios, essa produção é enviada. A produção do mês é enviada até o final deste mês, ela é vista, analisada durante o mês seguinte e só sai o recurso correspondente no mês subsequente. Então, qual é o problema grave que acontece com os municípios? Onde o prefeito perdeu a eleição, ele perdeu também o interesse porque o que foi produzido no mês de novembro é encaminhado até o final de novembro e este dinheiro só vai ser recebido em janeiro. O que é produzido em dezembro, só vai ser recebido em fevereiro. Isto é a produção feita.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO- Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Concedo o aparte a V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO (aparte)- Esse de dezembro em caráter excepcional vai ser pago antes do dia 25 de dezembro e o de novembro deveria sair de 1º à 5 de janeiro vai sair no mês de dezembro, e antes de 25 de dezembro vai sair dezembro.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Esta é uma informação que eu não tinha, porque o normal Deputado Humberto Coutinho, é que aconteça assim, que saíria no mês de janeiro, talvez até alguns não estejam informados, mas com certeza o mês de dezembro haverá grande dificuldade em encaminhamento, porque têm prefeituras que já dispensaram os médicos; é o caso de Bacuri, é o caso de Mirinzal que dispensaram o médico, dispensaram bioquímico e isso vai trazendo dificuldades. Em Serrano não dispensou, porque nem tinha para dispensar. De modo que muitas prefeituras estão agindo dessa maneira. Não conheço a situação de Coroatá, tampouco a situação de Caxias. Me chamou a atenção porque um problema que tem havido e precisa ser equacionado. É preciso ser encontrada uma maneira para que os prefeitos futuros não sejam prejudicados nessa área de saúde. Mas muito bem senhores, o assunto que me traz e que disse ainda há pouco que é de muita gravidade, é referente a questão dos programas sociais do Governo Federal e que chegaram até o Maranhão. Nós formamos uma Comissão como é do conhecimento de todos, da Presidência desta Casa, de todos os deputados e todos da imprensa. Formamos uma

comissão liderada pelo Deputado Dutra, que é o presidente da comissão, e que tem como vice-presidente o Deputado Pavão Filho e sou relator dessa comissão, fazem parte ainda da mesma mais quatro deputados: Aderson Lago, Elígio, Paulo Neto, Rubens Pereira. O Deputado Aderson Lago, pelo seus muito afazeres não pode participar ativamente desta comissão, mas tenho lhe dado como membro da comissão, tenho lhe dado conta do que tem acontecido, tenho lhe informado do que temos obtido nas nossas visitas. Decidimos que íamos visitar vários municípios, iniciamos pelos municípios mais próximos em função das sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, resolvemos que íamos visitar os municípios próximos. E fomos em Icatu, fomos em Santa Rita, depois fomos a Alcântara e na segunda etapa fizemos uma viagem mais longa, nós fomos a Pinheiro, Carutapera e a Cururupu. Recebemos muitas denúncias. Denúncias de todo tipo, de muitos municípios e era impossível que pudéssemos ir a todos. Lá mesmo quando fomos a Cururupu, chegou uma comissão do Serrano. Quando fomos a Carutapera chegou uma comissão também de Cândido Mendes, então todo mundo queria a comissão lá, porque em todo município tem denúncia, tem irregularidade desses programas sociais. E para que se tenha uma idéia em Icatu, o problema já é um problema de polícia, um dos problemas graves que detectamos lá, é que a pessoa que era a pagadora, que era da lotérica onde recebiam o recurso do programa social, as pessoas que lá iam quando passavam o cartão e digitavam a senha, algumas vezes quando a atendente notava que a pessoa era semi-analfabeta, dizia simplesmente, que não veio o dinheiro. Não veio o dinheiro, dava um papel para ela e com isso ficava com o dinheiro da pessoa. Isso foi levado até a delegacia e já há um inquérito nesse sentido. Outros problemas foram detectados em Icatu. Em Santa Rita, não participei da visita à Santa Rita, mas segundo me foi informado pelo Deputado Dutra, Deputado Pavão que lá foram, há problemas semelhantes de desvio, gente que fez o cadastro que não chegou o cartão, gente que desconfia que o cartão está na mão de outro. Fomos à Alcântara, em Alcântara encontramos três casos, que eu diria escabrosos, porque são pessoas que não tem porque estarem inseridas no programa e estavam. Uma comerciante com uma condição financeira boa, um comércio muito bem sortido com padaria, casa boa e estava recebendo Bolsa Escola. Uma esposa de um cabo da Aeronáutica, estava recebendo o Vale Gás. Outro comerciante, que além do comércio tinha uma construção de dois andares bem próxima a sua, e ele já foi informando logo na visita que a construção não era dele e sim da mãe dele, mas ele que estava fazendo e ele também estava no programa Vale Gás. E assim foi Alcântara com muitas denúncias. Retornamos e fizemos uma viagem mais longa com destino a Pinheiro. Quando chegamos em Pinheiro detectamos pessoas com condição boas, com condição de vida bastante razoável, gente que inclusive tinha cargos comissionados dentro da prefeitura, marido, mulher e etc., com casa com televisão de 29 polegadas, com som, com garagem para carro, motos e etc., e recebendo Bolsa Escola, Bolsa Família. Uma professora também com condição, enfim, isso foi um retrato dessa situação. E fomos depois à Cururupu, e quando fomos em Cururupu, o Deputado Dutra, Deputado Pavão e eu, embora lá seja a minha terra, um lugar de gente ordeira, de gente pacata e por isso não tomamos os cuidados e as precauções necessárias, nós não movimentamos a força policial para nos dar segurança, nos dar garantia. E houve por parte da administração municipal, houve por parte do prefeito e seus amigos, e eu posso até usar uma palavra mais forte, dos seus asseclas, uma armação para dificultar nossa comissão. E lá, quando chegamos, dando como pano de fundo a história da votação das medidas provisórias, então botaram nomes, levaram uns quatro ou cinco professores, alguns alunos incentivados e armaram um esquema de vaia para dificultar a ação da comissão. Nós não estávamos prevenidos para isso, eu não esperava uma reação daquele tipo, mas naquele momento eu já dizia ao Deputado Dutra e ao Deputado Pavão, que aquilo era uma cobertura, porque na verdade o que eles queriam era dificultar a ação da comissão. E, isso ficou provado como eu vou já mostrar alguns dados aqui, e lá tivemos muitas dificuldades, cada pessoa que ia falar era vaiada, cada

pessoa que falava contra a situação da prefeitura dizendo que não tinha cartão, era vaiada. E isso inibiu, e nós não tivemos condições de apurar as denúncias, até porque tivemos pouco tempo em Cururupu. E fomos à Carutapera. Lá o Deputado Pavão Filho, que foi candidato a prefeito na eleição anterior e ficou demonstrado Deputado Pavão, que aquilo foi usado fortemente contra V.Exa. na eleição, como foi usado esse programa em muitos municípios. Lá em Carutapera é um escândalo, comerciante com cinquenta cartões, foi declinada uma pessoa que tinha vários cartões, ela fazia compra, quando ela não pode pagar a compra o que ela devia, ela entregou três cartões para uma pessoa, aquilo como cobertura da conta que ela devia. A lotérica de lá, é de propriedade do próprio prefeito. Confessaram lá que eles da prefeitura entregavam os cartões, o que é completamente irregular porque é obrigação da Caixa Econômica entregar o cartão sob identificação, e não identificavam as pessoas. Então, é vergonha o que acontece, o que acontecia em Carutapera. E depois de tudo isso tomei a decisão juntamente com Deputado Dutra e o Deputado Pavão que me acompanharam, de que deveria ser feito alguma coisa em Cururupu, solicitei à Caixa Econômica os dados de julho, agosto, setembro, outubro e veio a lista para Cururupu e as denúncias começaram a surgir, montei uma comissão de pessoas amigas na minha casa e lá vão recebendo os denunciadores, pois já tinha sido feito anteriormente uma denúncia pelo candidato a prefeito Wellington, uma denúncia de cunho eleitoral, do uso no processo eleitoral da Bolsa Família, da Bolsa Escola e lá o juiz fez a primeira audiência e ontem fez a segunda audiência. E eu vou me referir a primeira audiência, porque o Deputado Dutra ainda há pouco se reportou sobre o assunto, ele dizia que Carutapera era o exemplo mais emblemático. Nos parecia Deputado Dutra, quando fizemos essa visita, porque em Cururupu não conseguimos detectar, não nos deixaram trabalhar cercearam o nosso trabalho. E de Cururupu agora, deputado, primeiro que foi feito uma audiência e eu tenho aqui, isso é o que houve dentro da denúncia do candidato a prefeito que foi derrotado, derrotado por este programa mal armado do Governo Federal, então aqui tem a xerox do cartão Bolsa Escola da senhora Idenildes Silva Pires. Esse cartão estava em poder da senhora Maria Joana, este cartão lhe foi dado pelo candidato a prefeito José Francisco. E está aqui a cópia do que foi dito em juízo, tem a declaração da senhora Idenildes que nunca viu o cartão dela, tem a declaração corajosa da senhora humilde Maria Joana, em que ela faz um relato que eu passo para que vocês compreendam mais um pouco. Ela dizia: que ela fez o cadastro, sempre procurava na Secretaria da Prefeitura o cartão e ele não chegava. Isso dito em juízo está aqui assinado promotor, juiz e etc. Certo dia, no ano de 2002 chegou na secretaria e encontrou José Francisco que é o candidato a prefeito eleito, vice-prefeito, que estava em companhia de Genival, um rapaz que trabalha na prefeitura e já vou falar sobre esse Genival. Nessa ocasião José Francisco lhe ofereceu um cartão Bolsa Escola de outra pessoa, no caso a senhora Idenildes Silva Pires, para que a depoente pudesse receber os valores e reverter em favor de seus dois filhos. José Francisco não lhe pediu dinheiro, pediu que em troca do cartão lhe ajudasse votando em seu candidato a deputado. Isso em 2002. E ela vai fazendo o depoimento, quando chega mais adiante, ela diz que várias vezes ela foi procurar o cartão, reclamou para José Francisco que queria receber o cartão verdadeiro dela, isso várias vezes e agora em 2004, o cartão de cadastro do outro filho que ela achava que tinha direito, quando José Francisco disse para a depoente que não se preocupasse, pois ia resolver o problema e ia arranjar o cartão para outro filho. Quer dizer, arranjar, era assim a coisa lá. E que em razão disso a depoente deveria votar nele para prefeito, ele pediu que a depoente votasse nele e o ajudasse. De modo que isso aqui é uma coisa grave, o que foi denunciado pela Sra. Maria Joana e não ficou só nisso, porque obviamente o juiz chamou o José Francisco e ele apresentou uma testemunha, a testemunha é o seu sobrinho, Luís Rabelo Pestana. O seu sobrinho descaradamente na frente do juiz disse que não, que ele tem certeza, não foi o José Francisco que entregou o cartão, foi ele, que entregou o cartão. E a dona Maria Joana foi mais longe e corajosa, disse: não, está aqui a letra do José Francisco escrevendo

os números da senha, os números da senha para que eu pudesse ficar recebendo: 227927. A letra é do José Francisco e o sobrinho dele foi para lá para assumir a culpa, correndo o risco até de enfrentar a polícia federal, porque ele não podia estar com o cartão de ninguém, mas ele fez isso para tentar defender o tio. Isso mostra o abuso eleitoral que foi feito em Cururupu, ele disse na declaração dele que ele é funcionário do município e que trabalhava na entrega de cartões. Não pode trabalhar na entrega de cartões. Ele disse que o coordenador do programa era o José Francisco, ele não sabe até quando o José Francisco era coordenador. Nós vamos Deputado Dutra, solicitar a Caixa Econômica que nos informe oficialmente até quando ele foi coordenador do programa, porque desconfio que até hoje não foi modificada essa coordenação. O depoente participava, ele, o sobrinho da equipe de entrega de cartões, formada por José Francisco, Genival e outras pessoas. Depois ele disse, que foi ele quem entregou o cartão e a senha para dona Maria Joana, mas na frente quando foi inquirido pelo advogado ele já disse que não, quando chegou na Secretaria de Educação ela já se encontrava com um envelope na mão, ele abriu, copiou a senha e deu para ela, mas ele não prestou atenção, não identificou, não sabe se ela realmente era Idenildes, se ele soubesse não teria feito. Já acusando a senhora humilde que estaria roubando o cartão de dentro da Mesa. Ele diz mais: a Caixa, preste atenção Deputado Dutra, esse dado aqui é interessante e esse depoimento é da testemunha do José Francisco. A caixa com os cartões, Deputado Dutra, gostaria de sua atenção nesse ponto. A caixa com os cartões ficava em uma caixa de papelão em cima de uma mesa e o José Francisco ficava em outra mesa com os cartões. Quer dizer, era realmente uma facilidade fraudar e de fazer o instituto do benefício pessoal pelo programa social. Vou já ler a acareação.

A SENHORA PRESIDENTE GRAÇA PAZ- Deputado Wilson, só interrompendo um minuto, eu tenho que sair, então passo a presidência ao Deputado Chico Gomes, e gostaria que o Deputado Hélio Soares ocupasse o lugar do Segundo Secretário.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Pois não deputada, nós continuamos. Aqui tem uma acareação entre a Maria Joana e o Genival, onde ela diz que nunca viu esse rapaz e que ela recebeu do José Francisco, e ele naturalmente volta afirmar que não. Ela estava com o cartão na mão e conta uma história completamente estapafúrdia. Então, mostrando que a pessoa é corajosa e isso aqui é gravíssimo porque esse foi um depoimento em juízo.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte)- Deputado Wilson, obrigado pelo aparte. E quero dizer a V.Exa. que ratifico o que V.Exa., informa nesta Casa na tentativa do Prefeito de Cururupu de tentar confundir assuntos diferentes para evitar que a comissão pudesse realizar os seus trabalhos. Mas, a audiência ocorreu, apesar da tentativa de intimidação a audiência ocorreu, e acho que eles imaginavam que os trabalhos da comissão se resumiam apenas a audiência. A audiência era apenas uma parte. E, tranquilizo V.Exa. de que apesar da gente naquele dia não ter tido tempo durante à noite de fazer as diligências que a comissão fez em outros locais, mas quero dizer a V.Exa. que esta prova que foi comunicada naquele dia e que hoje já está em poder da comissão, é talvez a prova mais forte que nós temos, porque a comissão colheu depoimentos, juntou documentos e fez diligências. Mas esse documento que V.Exa. tem é uma prova judicial, portanto é uma prova incontestável, porque foi colhida por um agente público, que tem a função de julgar. E como a comissão não tinha condições de verificar todas as denúncias, nós resolvemos colher as casas. Em Pinheiro foram duas casas, acertamos as duas. Em

Alcântara foram três casas, acertamos em todas três. Em Carutapera foram em todas as que selecionamos e em Cururupu tem esse caso, que ele é suficiente para que somadas com as outras provas, a gente fazer um bom relatório, apresentar as sugestões ao Governo Federal, a polícia federal, ao Ministério Público Federal, a Controladoria, aos Tribunais de Conta e ao Governo do Estado para aprimorar este programa. Portanto, quero parabenizar V.Exa. que voltou à Cururupu autorizado pela comissão, portanto, foi continuado trabalho da comissão e nós vamos fazer um bom relatório independente das questões políticas, por que quando nós selecionamos Cururupu, Pinheiro e Carutapera, houve gente da imprensa, houve parlamentares que estavam dizendo que a gente estava indo lá para fazer uma desforra, e na verdade nós provamos o contrário, nós fomos lá, fizemos um trabalho isento, não fomos lá para perseguir ninguém, fomos para verificar fatos, e os fatos nós constatamos, independente se esses fatos beneficiavam A ou B, quem ganhou, quem perdeu eleição. Portanto parabéns a V.Exa. e nós temos certeza que na terça-feira nós vamos produzir um bom relatório com as sugestões para melhorar esse programa. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- Deputado Dutra, agradeço e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. E quero dizer mais. Em Carutapera, por exemplo, Deputado Pavão que estava lá, temos um caso absurdo, era de um vereador que a esposa recebia o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Mas onde nós estamos. Então um programa foi feito para favorecer pessoas que mais precisam, em Cururupu é classicamente... eu disse ontem quando fui entrevistado na TV Difusora, dizia ontem, que em Cururupu foi armada uma quadrilha para roubar gente pobre. Eu já vi quadrilha, já ouvi falar em quadrilha que invade um prédio para roubar os ricos, que faz arrastão, mas isso aí foi uma quadrilha para roubar gente que depende desses quinze reais, de trinta reais, de quarenta e cinco reais e foi armada essa quadrilha. E, para provar mais isso, vou fazer apenas umas citações de que eu que voltei lá na segunda-feira seguinte, e só rapidamente em poucos momentos nós vimos por exemplo, uma pessoa chamada Ana Célia, uma outra Ana Ruth, uma outra Josélia, uma outra Maria Do Carmo, são quatro nomes que eu peguei aqui que se encontram duas vezes recebendo Bolsa Família. O que acontece na verdade? Ela está com o mesmo endereço. É a mesma pessoa, mas eles mudam apenas uma letra do nome e com isso vai passando e são outros cartões. Talvez essas pessoas, isso eu ainda não conseguí detectar, talvez essas pessoas não estejam com nenhum dos dois cartões ou talvez estejam com um e o outro está com o esperto que lhe faz o obséquo de receber o seu dinheiro. Uma das pessoas Ivelina, botaram Ilvelina e depois Ivelina, essa pessoa eu conheço, quando apareceu, é a pessoa que tem o endereço conhecido e que ela está recebendo a Bolsa Escola, quarenta e cinco reais, mas alguém está com seu nome diferente e ao invés de Ivelina fazendo-lhe o favor recebendo noventa e cinco reais da Bolsa Família e quinze reais do Vale Gás com outro nome Ilvelina dos Santos. De modo que armaram esse esquema, montaram esse esquema, estou aqui com a cópia dos extratos que foi dado pela Caixa Econômica onde dá o nome, endereço das pessoas, o valor recebido e aqui vai aparecendo como eu disse, Ana Célia duas vezes, a Ivelina, a Ana Ruth e assim por diante. Quer dizer, esse é um dos crimes maiores porque além de ser o crime do roubo, é roubando gente que tem muita necessidade. Aqui eu tenho mais uma relação de pessoas; Maria Filomena, Cecília Rocha, Francimeire, Francisca Paula, Mirian Costa, Maria Mansa, isso Deputado Pavão foi rapidinho lá em casa, na segunda-feira, gente que compareceu lá e começou a procurar seu nome. E gente que disse: eu fiz meu cadastro, mas nunca recebi meu cartão. E essas pessoas eram encontradas na relação da Caixa Econômica, o nome delas recebendo oitenta, noventa e cinco, sessenta e cinco reais, quer dizer, alguém está recebendo o dinheiro por elas. Outros casos de pessoas, que eu não vou ler o nome de pessoas ainda não foram visitadas, era função da comissão, mas não foi possível fazer, pessoas que têm boas condições de vida e que estão recebendo Bolsa Família, Bolsa Escola. E um caso estranho que quero levar a comissão, isso na reunião da comissão eu

vou detalhar, um caso estranho de pessoas que sabe-se que são de famílias lá de Cururupu, e não sei porque está no endereço do Rio de Janeiro, tem o telefone e tudo. Chegamos a fazer uma ligação para o Rio de Janeiro, e a pessoa gaguejou, tentamos pegar alguma coisa e a pessoa disse que não conhecia e que não era ela enfim, há uma sobrinha do prefeito que mora no Rio de Janeiro, o nome dela consta e alguém está com o cartão dela recebendo, enfim, tudo o que é bandalheira que se possa imaginar está acontecendo nisso aqui. Para culminar, ontem houve mais uma audiência Deputado Pavão, Deputado Alberto Franco que é de Cururupu e que naturalmente está triste de ver esse assalto que estão fazendo aos seus conterrâneos. E ontem, mais uma vez o juiz fez uma audiência por causa da denúncia acerca dos programas sociais, e lá ontem, o juiz tomou uma decisão, eu diria talvez inusitada, ele com as denúncias que recebeu, marcou audiência, chamou duas pessoas para a audiência e depois a cada um que estava indicado com o endereço ele mandava na hora buscar a pessoa para a audiência pegando de surpresa. Por que? Porque ao momento do depoimento da Maria Joana, que ela fala que foi pressionada, foi pressionada por pessoas ligadas ao prefeito para que ela negasse, para que ela não confirmasse aquilo que ela já tinha denunciado anteriormente. Então, por causa disso o juiz tomou essa atitude Deputado Pavão, e algumas pessoas foram pegadas de surpresa, se tivesse feito isso em Carutapera, com certeza V.Exa. que pegou na ponta do iceberg teria conhecimento de mais bandalheiras feitas naquele município também. E lá em Cururupu quando o juiz mandou chamar, a primeira que ele pegou de surpresa, a pessoa que era caixa e que fazia o pagamento dos benefícios. E ela declarou em juízo, e isso vai chegar para mim, creio que amanhã ou depois da manhã, semana que vem vou estar com isso no relatório. Ela declarou em juízo que o seu Genival, uma das pessoas que trabalha lá na prefeitura, que ele recebia 40 cartões por mês, porque as datas estão divididas por final de número.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO- Conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO (aparte) - Eu quero me somar ao pronunciamento de V.Exa., e acho que é um programa importante como fator de distribuição de renda para as famílias pobres, acho que o objeto do programa ele não é atingido na sua plenitude porque há exatamente esse tipo de desvio. Então esse programa tem que ser repensado. A nossa comissão dará sua contribuição para que o Ministério Público Federal possa fazer um convênio com o Ministério Público do Estado, porque o Ministério Público Federal não tem procuradores suficientes para atender aos municípios. E cada Comarca tem um promotor que é do Ministério Público do Estado, então é importante o convênio do Ministério Público Federal com o Ministério Público Estadual, que a competência é do Federal. O Governo Federal tem que repensar o programa, porque o Lula deu um tiro mortal quando ele excluiu os Comitês Gestores e aí a farra foi grande desse programa e inclusive esse grande programa serviu como, na verdade, um balcão de negócio eleitoral agora em 2004, em muitos municípios do Maranhão nesses que nós fomos. Lá em Carutapera V.Exa citou, o próprio responsável da Prefeitura disse lá na frente de todo mundo que tinha um comerciante que possuía 50 cartões em seu poder com um balcão de negócio comercial e com certeza esse cadastramento foi usado como balcão de negócio político. Portanto esse programa é importante, mas ele precisa ser repensado sob pena dele não cumprir com seus objetivos que é atender àquele verdadeiramente pobre.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO - Perfeitamente Deputado Pavão.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES – Deputado, permite-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – Pois não, Deputado Hélio Soares.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (aparte) – Obrigado deputado. Eu queria solidarizar-me com V.Exa. pelo pronunciamento que faz a respeito do Bolsa Escola. Eu até discordo, em parte, com relação ao programa que o nosso nobre Deputado Pavão falou, que o programa é importante e nós temos que, até a nível de sugestão, que mantenhemos aqui uma comissão permanente já que a Promotoria, o Ministério Público não dispõe de elementos suficientes e pessoal para que pudesse fazer o levantamento rápido, visto que são 217 municípios e com certeza acho que não tem nenhum município isento desse problema. Até porque nos momentos que antecederam as eleições é que estavam fazendo o cadastramento. Que há cabos eleitorais em vários municípios por aí escolhendo as famílias grandes e colocando no Bolsa Escola, Bolsa Família e isso aí, realmente, vai acabar com o programa se não tivermos uma ação mais rígida, mais eficaz para que nós possamos manter esse programa que é de fundamental importância para tirar a criança até do trabalho escravo, porque quem utiliza uma criança para trabalhar, V.Exa sabe muito bem que toda região tem, não deixa de ser um trabalho de escravidão infantil, e esse programa veio justamente para diminuir essas dificuldades que as famílias brasileiras passam pelos nossos interiores. Então é de fundamental importância que a gente mantenha aqui uma comissão permanente para que possamos colaborar, mais ainda, contribuir com esse problema para que esse programa não venha realmente a se acabar. Muito obrigado deputado.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – Obrigado Deputado Hélio, mas só para encerrar o meu pronunciamento, há duas situações: uma situação que o Deputado Pavão colocou, em que a pessoa que era da prefeitura, um funcionário da prefeitura que informou, que o comerciante tinha 50 cartões, ele tinha 50 cartões que foram entregues pelas pessoas, pelos beneficiários que entregaram indevidamente, que foram chantageados porque queriam comprar um açúcar, um feijão, alguma coisa e ele com isso fica com os cartões das pessoas. Isso é crime, mas ele fazia esse tipo de chantagem. Em Cururupu é diferente. Em Cururupu os cartões chegavam, ficavam em caixas, alguns sabidos, tomavam conta desses cartões e ficavam recebendo o dinheiro do pessoal pobre, enquanto as pessoas ficavam a cada dia lá procurando “cadê meu cartão” e estavam em mãos de terceiros recebendo o seu dinheiro. De maneira que esse é um escândalo. É preciso que se faça novamente funcionar os Comitês Municipais, é preciso que se faça um recadastramento em todo estado, que esse recadastramento seja fiscalizado por esse Comitê, por uma comissão que tenha também, digamos, um vereador da oposição, que tenha gente da oposição para que realmente o pessoal da prefeitura, que às vezes é entendida a prefeitura, como um órgão institucional, mas no interior as prefeituras não são, na verdade, órgãos institucionais. São órgãos políticos que são de um lado que defendem sempre uma candidatura ou outra. Esse era o meu pronunciamento e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE FRANCISCO GOMES – A pedido da Deputada Helena Barros Heluy registro na galeria a presença da Doutora Alméria Carniato, Diretora Executiva da Federação Interestadual do Sindicato de Engenheiros e Engenheiras. E das professoras Eliane Moure Fernandes e Constância Pereira de Sá, pesquisadoras da Fundação Joaquim Nabuco de Recife-PE. Tempo dos Blocos Parlamentares. Bloco Parlamentar de Oposição - BPO. Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Eu quero

inicialmente senhor presidente, comungar com as colocações ditas aqui pelo Deputado Wilson Carvalho, que isso vem ratificar toda a nossa posição com relação a luta pela alternância de poder no Maranhão. Isso prova uma demonstração concreta que as nossas instituições elas não funcionam no sentido de punir a corrupção, inibir, punir quem faz corrupção no nosso Estado. Nós fomos assistir nesses dias denúncias constantes com relação ao sucateamento da máquina municipal do nosso Estado. Semana passada tive a oportunidade de denunciar aqui que ali no município São Vicente de Férrer a prefeita, a atual prefeita daquele município que perdeu as eleições, está sucateando totalmente a máquina administrativa com salários atrasados, contribuiu de forma, não sei se direta ou indiretamente, no incêndio de duas ambulâncias, inclusive uma ambulância nova, até V.Exa conhece e as coisas na hora de apurar ficam debaixo do tapete. Não andam, não conseguem andar, não conseguem andar nesse Maranhão. E teve-se muitas denúncias aqui. Ontem mesmo nós tivemos inúmeros professores aqui denunciando o salário atrasado de oito meses daquele município de São Benedito do Rio Preto. Hoje senhor presidente, senhores deputados, nós temos aqui, também, a presença aqui no plenário desta Casa de inúmeros professores e professoras do município de Lima Campos, também denunciando os salários atrasados dos professores, denunciando que este ano somente por 45 dias funcionaram as escolas daquele município na zona rural, que somente durante 90 dias funcionaram as escolas na sede do município. E pergunto o seguinte Deputado Wilson Carvalho, quando digo que comungo com o seu pronunciamento, com as denúncias, mas temos que começar a cobrar das instituições públicas. Foram bloqueados as receitas daquele município para garantir o pagamento dos salários de professores, que tem o 13º de 2002, de 2003, salários atrasados de 2003, três meses e que não foram pagos? São pais de famílias que precisam se alimentar, alimentar a família e não recebem os seus salários. E trabalham! Trabalham para o nosso país, trabalham para o nosso estado educando os nossos filhos, tendo um serviço de fundamental importância para qualquer país, para qualquer nação. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública, eles tiveram ali 100% da receita do município bloqueada para poder garantir o pagamento de centenas de servidores públicos. E depois a própria Justiça revoga o ato do juiz lá da Comarca de Lima Campos e libera 100% e deixa esses pais de família, mães de família à míngua sem poder sustentar os seus familiares. Então nós precisamos ter uma legislação diferente Deputada Helena, para garantir o respeito ao cidadão, isso precisa ser garantido. Quando eles se deslocam de lá para cá para poderem pedir socorro e denunciarem aqui na capital do Estado como estão funcionando as coisas no Maranhão. Então isso precisa ser visto com carinho, porque não foi só na Prefeitura de Lima Campos que aconteceu isso, acontece em muitas prefeituras do Maranhão. Eu tenho conhecimento do município de Lima Campos e de São Vicente de Férrer, mas é claro que têm outras, outras denúncias tiveram aqui nessa Casa. O hospital senhor presidente, senhores deputados, está fechado, não funciona o hospital de Lima Campos. Se alguém adoecer senhor presidente, tem que ir para outro município porque está lacrada a porta do hospital, porque o prefeito é o dono do hospital, alugou o hospital para o município e fechou a porta do hospital. Qualquer repartição do município, depois do resultado das eleições está fechada senhor presidente. É por isso que eu gostaria assim como o Presidente Milhomem... olha, nós vamos criar a comissão de deputados para ir até o município de Caxias e que essa comissão fosse até ao município de Lima Campos porque esse pessoal está aqui pedindo socorro. Nós fazemos política mas é pela razão de se fazer política naquele município, é porque temos que ver as coisas diferentes. Eu acho que tem que haver um grande debate nesse Estado com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com a FAMEM. Claro que não são todos os prefeitos. A maioria dos prefeitos em nosso Estado é pessoa correta, honesta, mas tem aqueles que envergonham a classe política e muitas vezes pagamos caro por isso no Maranhão inteiro, que nos dedicamos pelo zelo da coisa pública, mas tem aqueles que cometem erros, e esses que cometem erros eles têm que pagar e

pagar caro por isso. Precisamos conversar também com o Tribunal de Contas do Estado que tem a responsabilidade de examinar e dar um parecer com relação as contas públicas. Isso precisa ser discutido, encontrar uma maneira de se ter um controle maior nos gastos coisas públicas. O Deputado Wilson Carvalho, o Deputado Pavão Filho colocaram ainda agora criticando o Governo Lula porque tirou do controle da sociedade civil o Programa Bolsa Família. Mas não é Programa Bolsa Família exclusivamente, temos o Fundo de Participação que tem que ter o controle popular, nós temos que ter o FUNDEF com o controle popular e isso só com o apoio desta Casa para que os conselhos funcionem de maneira independente e nós sabemos como são nomeados os conselheiros do FUNDEF que só fazem assinar, não sabem nem quanto entrou no município e como é gasto esse dinheiro, está aí o exemplo todo mês entra no dia 10, no dia 20, no dia 30 recursos do FUNDEF para pagar os professores, mas os professores estão com quatro, cinco meses de salários atrasados. Então isso cabe uma intervenção imediata, por isso é que nós pretendemos intransigentemente a organização da classe trabalhadora, do cidadão para a defesa dos seus direitos, isso é importante, não é só a vinda de vocês para cá, nós elegemos o nosso prefeito da oposição Lima Campos mas vocês tem que estar vigilantes, porque acima das eleições está o cidadão, está o interesse público, está a educação, acima disso estão as políticas públicas que atende diretamente o cidadão e nós temos que cumprir a nossa obrigação como cidadão na defesa dos nossos direitos. Bom, estou aqui denunciando senhor presidente, para que esta Casa discuta na Comissão de Assuntos Municipais, que esses assuntos sejam discutidos amplamente para que se possa encontrar uma solução definitivamente para que daqui a quatro anos não tenhamos aqui nesta Casa comissões de professores, de servidores públicos denunciando o atraso do pagamento dos salários, que os hospitais estão fechados, que as escolas estão fechadas, que as repartições públicas de um modo geral estão fechadas, para que não haja, realmente, comissões denunciando o desvio de recursos públicos que prejudica sensivelmente o interesse da população nos municípios. Então eu quero parabenizar esses professores e essas professoras que se deslocaram, mais de 250km do município de Lima Campos para cá para pedir socorro. Não é socorro só para si, mas socorro para seus filhos, para crianças, para suas famílias que passam necessidades, que vivem exclusivamente do salário dos seus serviços e que não são pagos, que são subtraídos de forma desonesta para aumentar o patrimônio de pessoas irresponsáveis que se elegem prefeitos de municípios somente para poder construir patrimônios de forma desonesta. Então nós queremos aqui hipotecar solidariedade, tenho certeza que não é só do Deputado Julião Amin, mas de todos os deputados desta Casa estão solidários com vocês, são companheiros na luta. Queremos também parabenizar a companheira Cristina que é presidente da Federação que tem dado todo apoio à luta dos funcionários municipais do Maranhão, que vêm aqui para São Luís pedir socorro. Quero agradecer esses bravos companheiros e dizer que estaremos aqui junto com vocês na luta pelos direitos de vocês. Muito Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE FRANCISCO GOMES – Bloco Parlamentar Progressista – BPP. Bloco Parlamentar Democrático – BPD. Com a palavra o senhor Deputado Rigo Teles.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, galeria. Senhor presidente, o que me traz aqui a usar a tribuna é sobre um requerimento de minha autoria datado do dia 22 de novembro do corrente mês. *Senhor presidente, na forma de que dispõe o Regimento Interno desta Assembléia, requeiro a V.Exa. que após ouvida a Mesa seja encaminhado Expediente ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney. Solicitando que adote providências no sentido que seja colocado em votação a proposta de Emenda Constitucional de n.º 575-A de 1989, que dá redação ao inciso IV, do art. 20 da Constituição Federal, cuja a alteração pretende retirar do domínio da*

União as áreas das ilhas oceânicas e costeiras que integram o território da sede do município. Foi aprovada no dia 19 de novembro do ano de 2004 e publicada no Diário da Assembléia no dia 22 de novembro. A secretária da Mesa no dia 22 de novembro através do ofício de n.º 437/04 do Presidente Carlos Alberto Milhomem: Senhor presidente, o plenário desta Assembléia aprovou um requerimento de n.º 213/04 de iniciativa do senhor Deputado Rigo Teles, através do qual seu signatário requer a V.Exa. determinar providências que objetive colocar em votação a proposta de Emenda Constitucional de n.º 575-A de 1989, que dá redação ao inciso IV art. 20 da Constituição Federal, cujo a alteração pretende retirar do domínio da União as áreas das Ilhas oceânicas costeiras que integram o território da sede dos municípios. Atenciosamente Deputado Carlos Alberto Milhomem, presidente da Assembléia Legislativa. Aqui senhor presidente, é dando força a uma Resolução Administrativa do Deputado Max Barros, aprovada nessa Casa no dia 13 de março do ano de 2003. E hoje senhor presidente, recebi um telegrama do Presidente do Senado, Senador José Sarney. Informe caro deputado, que a Proposta de Emenda Constitucional n.º 575A de 1989, que dá redação ao inciso IV do art. 20 da Constituição Federal foi incluída na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa agendada para o dia 02/12/2004. Cordiais saudações do Senador José Sarney, Presidente do Senado. Senhor presidente, hoje a quarta discussão desta Emenda que tramita no Senador Federal e amanhã irá para a quinta discussão. Na próxima terça-feira irá para votação em plenário. E eu queria senhor presidente, que fosse publicado nos Anais desta Casa, no Diário Oficial desta Casa e como já comuniquei ao presidente da Casa, enviei ofício ao presidente pedindo que nos fornecesse as passagens para incluir na viagem a Brasília no dia 07 para que a comissão acompanhasse de perto a votação, que com certeza será aprovada essa Emenda Constitucional no Senado Nacional. Então, senhor presidente, com o apoio desta Casa, com o apoio dos senhores deputados, eu tenho certeza que nós, principalmente nós, que moramos na grande Ilha de São Luís, será dispensar de mais um imposto que pagamos em duplicidade que é o ISPU (Serviço de Proteção a União) onde já pagamos o IPTU. Então estamos pagando impostos em duplicidade, principalmente nós moradores que temos residência aqui na Ilha de São Luís e com certeza nós iremos transformar esses dois impostos em um só com apoio desta Casa e principalmente com apoio do Senado. Mas o que também leva-me senhor presidente, a usar da tribuna desta Casa, ontem eu fui informado através dos meios de comunicação da cidade de Barra do Corda onde me enviaram por um fax: "Barra do Corda. Força Aérea tenta desocupação de aeroporto. Movimento dos Sem-Terra permanece no aeroporto de Barra do Corda há cerca de dois meses. Ontem pela manhã uma comissão da Infraero com apoio da Força Aérea Brasileira, comandada pela tenente Angelina, desembarcou numa aeronave Bandeirante da FAB no município de Barra do Corda com a finalidade de desalojar os invasores do Aeroporto Sidney Milhomem. A tenente Angelina, comandante do grupo com cerca de 30 homens fortemente armados com fuzis e metralhadoras, tentou convencê-los de que aquela ocupação é ilegal. O comando da missão de acordo com instruções da Infraero, deu 30 dias de prazo para que os invasores desalojassem aquela área, estimada em cerca de 400 pessoas que ocupavam o aeroporto de Barra do Corda e adjacências. A oficial da aeronáutica informou que, no esgotamento do prazo voltará a Barra do Corda". Esse esgotamento se dará no prazo de 30 dias a contar de ontem, para que desocupem a área, para que os invasores desocupem a área do aeroporto de Barra do Corda. Um aeroporto homologado, um aeroporto registrado na Infraero e que tem o apoio hoje da Força Aérea Brasileira para que desocupem aquela área. E o mais que nós fomos informados, todo esse incentivo para que as pessoas ocupem a área do aeroporto é de iniciativa de um vereador de Barra do Corda, irmão do atual prefeito, o vereador Vital Sampaio Peixoto, o qual está dando total cobertura para que as pessoas se alojem naquele aeroporto, no espaço destinado a Força Aérea Brasileira. Mas em se tratando senhor presidente, do município de Barra do Corda, eu queria aqui, já que foi fato discutido aqui nesta

Casa, que já foi divulgado na imprensa nacional pela Revista Veja: "Prefeito monta cabide de emprego para família em Barra do Corda". Isto está circulando no matutino de hoje no nosso estado do Maranhão. Após várias acusações de nepotismo na imprensa maranhense, e destaque na Revista Veja em agosto de 2003, a administração da prefeitura de Barra do Corda não se intimidou. De acordo com as últimas denúncias, parentes e aliados do prefeito Avelar Sampaio Peixoto do PTB, fazem parte do primeiro escalão de funcionários e assessores daquela prefeitura. A esposa, o irmão, sobrinhos e até vaqueiro ganham salários astronômicos para a realidade local. As denúncias de nepotismo e abuso de poder econômico se tornaram comuns naquele município. Durante um tempo, Barra do Corda se tornou alvo da Controladoria Geral da União. Avelar Sampaio que foi citado na CPI do Crime Organizado, na Câmara dos Deputados, e destaque no Correio Brasiliense por suas aventuras com o dinheiro publico, não concorreu à reeleição, e parte dos recursos do FPM de Barra do Corda estão bloqueados para o pagamento dos funcionários que se encontravam atrasados naquele município. E aqui senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ainda vejo o mais berrante de tudo isso, vem a relação de todas as pessoas com os valores destinados aqui, o nome de cada um: Patrícia Sampaio, esposa do prefeito, salário de R\$ 4.500,00; Conceição, sogra do prefeito, salário de R\$ 8.000,00; Vital Sampaio Júnior, Vitalzinho, sobrinho do prefeito, um salário de R\$ 1.200,00; Lidiane Silva Sampaio, esposa do sobrinho do prefeito, salário de R\$ 1.400,00; Raimundo Araújo, pai de Lidiane, esposa de Vitalzinho, salário de R\$ 1.500,00; Nice Sampaio Peixoto, sobrinha do prefeito, salário de R\$ 2.000,00; Guilherme, esposa de Nice, sobrinha do prefeito, salário de R\$ 1.400,00; Rogoberto, correligionário político e secretário de administração, R\$ 1.500,00; Andréia, filha de Rogoberto, secretária de administração, R\$ 1.220,00; Hermínio, genro de Rogoberto, marido de Nice, sobrinha do prefeito, R\$ 1.000,00; Dedé, correligionário político do prefeito, R\$ 1.200,00; Antônia, esposa de Dedé, R\$ 800,00; Rômulo Sampaio Peixoto, sobrinho do prefeito e diretor do hospital Acrísio Figueira, R\$ 1.400,00; Neuma Edivânia de Moraes, esposa do Rômulo, R\$ 2.000,00; Jamilton Sampaio Peixoto, irmão do prefeito, R\$ 1.000,00; Odocil Sampaio Peixoto, sobrinho do prefeito, R\$ 1.400,00; Joana Darc, casada com o sobrinho do prefeito Odocil, R\$ 1.400,00; Téo Sampaio Peixoto, sobrinho do prefeito, R\$ 1.200,00; Rosa Falcão, esposa de Téo, sobrinha do prefeito, R\$ 1.200,00; Monique, casada com Odocil, sobrinha do prefeito, R\$ 1.200,00; "Mussum", vaqueiro do prefeito, R\$ 800,00; Leó, filho do Gonçalo, correligionário sobrinho do prefeito, R\$ 600,00; Raimundo, o caseiro do prefeito, R\$ 1.200,00; Ademildo Medeiros, assessor, espécie de primeiro ministro da prefeitura, R\$ 8.000,00. Meus amigos, isso aqui é um absurdo. Isso aqui na realidade é um nepotismo. E está aqui. Isso aqui, algumas pessoas podem imaginar, "não o Deputado Rigo é adversário do prefeito". Eu não tinha nem conhecimento desse fato, tomei conhecimento hoje através da imprensa. É por isso que o prefeito nem sequer concorreu às eleições. Mas aqui senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o meu pai concorreu às eleições em Barra do Corda, foi vitorioso com uma esmagadora maioria de quase cinco mil votos naquele município e até agora o prefeito nega em montar sua equipe de transição para que nos mostre a realidade do município, para entregar para a equipe de Comissão formada pelo prefeito eleito que é o seu Nezinho Manoel Maria de Sousa, o meu pai, de Barra do Corda para receber o município. E eu peço aqui a esta Casa todo o apoio neste sentido, que o prefeito eleito que irá receber o município a partir do dia 1º de janeiro possa trabalhar pela Barra do Corda e, principalmente, com o apoio de dois grandes filhos daquela terra que tem assento nesta Casa, o presidente desta Casa Deputado Tatá Milhomem e o Deputado Rigo Teles, que orgulhosamente tem o prazer de dizer que somos filhos daquele município e queremos trabalhar pelo Maranhão mas especialmente pela nossa terra, pela nossa Barra do Corda. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE FRANCISCO GOMES – Deputado Alberto Franco. Declina. Com a palavra a senhora Deputada Teresa Murad.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD (sem revisão da oradora) – Senhor presidente em exercício, Deputado Chico Gomes, senhores deputados e senhoras deputadas. Volto aqui novamente a esta tribuna para, em 1º lugar, ler uma mensagem porque eu acho que de vez em quando precisamos ouvir uma mensagem que realmente venha dar um significado a alguma coisa que existe na cabeça das pessoas, aquela dúvida e aquela falta de entendimento, e começam a fazer idéias equivocadas sobre nós. Então eu preparei uma mensagem há vários dias e estou mandando essa mensagem para Coroatá, minha terra. *Amigos e amigas de Coroatá. A política é uma arte onde a vitória não se limita a uma eleição, mas a continuidade da luta. Ao disputarmos uma eleição nos colocamos diante do eleitor como mais do que uma opção, como uma esperança. Os votos que recebemos, ainda que não sejam suficientes para que vencamos a disputa e cheguemos ao mandato buscado, representam a confiança de uma multidão a qual não podemos decepcionar nunca. E assim é que a nossa missão continua. Sabemos que ninguém comemora quando perde uma eleição. Uma campanha é uma luta, um esforço, um investimento e o fim dela deveria ser uma vitória, mas nem sempre é. E neste momento que políticos como nós que temos responsabilidade com nossos eleitores, com nossas bases, assumimos a consciência de que a política é também a continuidade do trabalho em favor da comunidade que representamos. Nós fazemos política com interesse público acima do interesse pessoal. Para nós a política é uma ação contínua e nunca devemos disputar uma eleição como se fosse a última, estamos preparados sempre para um próximo pleito, apresentando-nos como uma opção para a comunidade. Quero sempre manter o meu apoio pessoal em favor de todos, para o bem da democracia e pensando em um futuro melhor para o Maranhão é que vamos em frente. Nossa luta é muito importante, continuem contando comigo, um grande abraço. Deputada Teresa Murad.* Esta mensagem estou enviando para Coroatá. E com relação a essa mensagem, eu fiz questão de lê-la aqui exatamente porque está acontecendo aqui nesta Casa, alguns deputados em especial o Deputado Luiz Pedro que não entende o que é ganhar uma eleição e o que é perder uma eleição. Eu entendo muito bem e não fiquei abalada por termos perdido a eleição em Coroatá, porque nós temos a certeza de que nós perdemos a eleição, eles não ganharam a eleição, nós é que perdemos. Algum erro, alguma falha e isso nós vamos ter a oportunidade em um futuro bem próximo para corrigir nossas falhas, e é por isso é que têm várias eleições uma após a outra para que possamos colocar novamente os nossos nomes para que a população possa avaliar. Agora, eu não aceitei a forma de como o Deputado Luiz Pedro que chegou aí de uma forma muito indelicada e, portanto, não acho que a minha forma de tratá-lo foi indelicada porque em primeiro lugar quem recebeu primeiramente o destrato fui eu, quando ele disse ali sem a mínima comprovação dos fatos de que estaria havendo um verdadeiro desmonte na Prefeitura de Coroatá. A Saúde, o Sistema de Saúde não estava fazendo os atendimentos normais, e que o Diretor do Socorrão, que é um pronto-socorro. Só existe pronto-socorro, eles não fazem nada para que possa atender e desafogar essa multidão de pacientes que chega até esses Socorrões daqui de São Luís, e que o município de São Luís recebe mais de três milhões para atender esses pacientes que vêm dos municípios de todo o Maranhão. E com Coroatá não poderia ser diferente. Coroatá é um município que tem um Sistema de Saúde municipalizado, tem a Saúde Plena, é Pólo Regional de referência e atende os municípios de Alto Alegre, Peritoró e Timbiras. Vou preparar um requerimento para saber informações de quantos pacientes com os respectivos diagnósticos vieram de Coroatá para o Socorrão daqui de São Luís e para que o Deputado Luiz Pedro venha aqui dizer, sem a mínima comprovação, de que o Socorrão estava abarrotado de pacientes do município de Coroatá. Coroatá recebe pacientes com problemas de saúde até média complexidade. Os de alta complexidade, o município

de São Luís, o Sistema de Saúde de São Luís tem obrigação de receber e é por isso que vêm pacientes de lá. Agora se vêm pacientes de outros municípios onde não existe nada, nada, nenhuma saúde, isso aí já não é problema nosso, isso aí já é problema dos próprios municípios e também é problema do município de São Luís, do Sistema de Saúde daqui que não se prepara para receber essa quantidade de pacientes que chegam a abarrotar os corredores dos Socorrões. Ano passado fiz um requerimento pedindo informações à secretária, na época Doutora Helena Castro, pedindo informação sobre uma paciente que faleceu no corredor do Socorrão, e eu nunca recebi a resposta disso. Mas na vida tem certas coisas que acontecem assim mesmo, principalmente na política. E o Deputado Luiz Pedro, ele infelizmente ouviu uma informação errada e por isso falei que ele faltou com a verdade aqui. Para que ele chegue aqui e afirme uma coisa, ele tem que ter certeza daquilo que ele está falando, por isso que eu disse que ele faltou com a verdade. Agora, um outro problema que está acontecendo com relação a essas prefeituras que perderam a eleição, e eu não incluo Coroatá nesta relação. Não incluo porque Coroatá é um município que foi administrado de uma forma diferente. Coroatá hoje é uma cidade estruturada, considerado um dos melhores municípios do Maranhão e isso é comprovado. Eu não estou falando aqui nenhuma inverdade e que está aí a prova para todos que queiram conhecer a realidade de Coroatá. Agora, tem pessoas que não sabem ganhar uma eleição. E tem pessoas que ganham e se acham completamente incompetentes, antes de assumirem já se sentem incompetentes, despreparados e começam a fazer essa desordem no Maranhão inteiro, como por exemplo pessoas de Coroatá que não têm nenhuma credibilidade lá para dizer ou mandar dizer a algum órgão que Coroatá deve quatro meses de salários, que deve o 13º e deve as férias, eu fico assim estarelecida como é que órgãos que se dizem sérios, protetores dos servidores públicos, dos trabalhadores e o primeiro que chega com uma informação vai logo publicando sem comprovar. Eu desafio aqui esse órgão, que me traga, me informe a fonte, se é a que eu estou sabendo e a que fui informada, que eu mesma trarei aqui o contracheque do informante desse órgão que a Deputada Helena Heluy passou-me uma cópia, FETTRAN, e eu desafio. Vou dar um conselho, dizem que conselho não é muito bom para se dar, porque se fosse bom deveria se vender, e caro. Eu acho que órgãos que se prezam e as pessoas também que se prezam, deveriam, quando falar alguma coisa, denunciar alguma coisa, deveria se certificar muito bem de onde foi a fonte dessa notícia para que não caia em algum erro, ou em alguma injustiça. Agora, tenho certeza, Coroatá é um município diferente de qualquer um outro município. Aconteceu de perdermos a eleição lá, aconteceu. Nunca chequei aqui para lamentar-me por termos perdido a eleição em Coroatá porque sabemos onde foram as nossas falhas, nunca chorei, nunca me lamentei. Lamento sim, aqueles que conseguiram se eleger, que estão completamente desestruturados e não sabem, não têm a mínima noção do que é, do que significa e do que é uma dimensão de uma prefeitura bem estruturada. Eles são tão limitados que estão com esse tipo de conversa, com esse tipo de denúncia, com esse tipo de fofoca e que não vai resolver nada na vida deles. Eles têm é que se preparar para assumirem uma prefeitura que está muito bem estruturada, isso sim, em vez de ficarem dizendo por aí que o município de Coroatá e que o Prefeito de Coroatá está desmontando a prefeitura. Isso sim, eles devem aprender, devem estudar, devem praticar a ética, a verdade e o respeito com as pessoas. Muito obrigada.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE FRANCISCO GOMES – . Com a palavra a Deputada Helena Heluy.

O SENHOR PRESIDENTE FRANCISCO GOMES – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

**SESSÃO SOLENE DO DIA
02 DE DEZEMBRO DE 2004 ÀS 10 H.**

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Declaro aberta a Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Maranhense ao senhor Paulo Márcio Tavares da Silva natural de Belém, estado do Pará, conforme Resolução Legislativa n.º 455/04, oriunda do Projeto de Resolução n.º 007/2004 de autoria do senhor Deputado Fortunato Macedo. Nomeio uma comissão composta pelos senhores Deputados Manoel Ceará e Antônio Carlos Bacelar para que possam trazer a este Plenário as seguintes autoridades: Comandante Luiz Augusto Oliveira de Freitas, Capitão dos Portos; Marcos José Afonso, Superintendente da Polícia Civil da Capital representando o Delegado Geral da Polícia Civil; Álvaro Sousa Rodrigues, Secretário Adjunto da Segurança Pública representando o Secretário de Estado de Segurança Pública; Major Eron representando a Polícia Militar; João Jorge Jinkings Pavão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; Clodomir Paz que é Secretário Municipal de Governo representando o prefeito municipal de São Luís e Francisco Leônidas Gomes da Silva, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal do Maranhão; complementando, Marcos José Afonso, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Maranhão representando o Delegado Geral da Polícia Civil. Nomeio uma comissão composta pelos senhores Deputados Aderson Lago e Domingos Dutra para trazer até ao Plenário o homenageado, Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Pedro que saudará o homenageado em nome do Poder Legislativo.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO – Excelentíssimo Senhor Deputado Reginaldo Nunes, 3º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa nesta oportunidade presidindo esta Sessão. Exmo. Senhor Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva, homenageado. Exmo. Senhor Clodomir Paz, Secretário Municipal de Governo, representando neste ato o Prefeito Municipal de São Luís Tadeu Palácio. Exmo. Senhor João Jorge Jinkings Pavão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Exmo. Senhor Francisco Leônidas Gomes da Silva, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal do Maranhão. Exmo. Senhor Álvaro Sousa Rodrigues, Secretário Adjunto de Segurança Pública, representando neste ato o Secretário de Estado de Segurança Pública. Exmo. Senhor Marcos José Afonso, Superintendente da Polícia Civil da Capital, representando o Delegado Geral da Polícia Civil. Exmo. Senhor Luis Augusto Oliveira de Freitas, Capitão dos Portos. Exmo. Senhor Major Eron representando o Comandante da Polícia Militar. Senhoras e senhores deputados, demais autoridades presentes, companheiros da imprensa e galeria, funcionários da Casa. Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Quem conhece a minha trajetória como jornalista e parlamentar, é testemunha da minha preocupação com os problemas atinentes à segurança pública do Estado e do País. Venho acompanhando a atuação desse sistema, dele sendo um crítico severo. A ocorrência de fatos e atos mercedores de denúncias e críticas, sempre me encontro na primeira fila para exigir mudanças de atitudes, reparos e reparações, responsabilizações civis e criminais. O respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs é, para mim, um divisor de águas entre a civilização e a barbárie, entre o Estado Democrático de Direito e os regimes autoritários ou totalitários. Lastreio tal convicção no que aprendi em minha formação democrática e socialista. Da mesma forma sei que assim pensa o ilustre Deputado Fortunato Macedo, autor da proposição que concede Título de Cidadão Maranhense ao Doutor Paulo Márcio Tavares da Silva e que foi aprovado por unanimidade pela sabedoria dos meus pares. Sei, que se houvesse assomado esta tribuna, estas palavras também seriam as do Deputado Fortunato Macedo. A plenitude do regime democrático concede direitos, mas, também, exige deveres. Pune o transgressor, mas também abre espaços para premiar os que trilham pela cena da Justiça do Direito. A homenagem desta manhã, senhor presidente, é o

reconhecimento da sociedade maranhense, a qual todos nós representamos, ao trabalho dignificante de um homem público investido de autoridade, que tem se destacado no desempenho de suas funções. É a consideração pelo caminho percorrido por um policial exemplar, cuja carreira tem sido marcada por continuados êxitos e pela busca constante da aquisição de novos conhecimentos. O Doutor Paulo Márcio Tavares da Silva, delegado de polícia do nosso Estado, tem uma carreira emoldurada por cursos de nivelamento superior, tendo em destaque o “Two Men Team Tactics” (Operações Policiais em Dupla) e o “Defensive Tatics Course” (Táticas Defensivas), ambos ministrados pela TEES/SWA/USA, e, ainda, o de Investigação Criminal no Contexto dos Direitos Humanos, pela tradicional e conceituada New Soctland Yard/Polícia Metropolitana de Londres. O mais novo cidadão maranhense junta ao seu currículo cursos na área de Direito Tributário, Inteligência Policial, Investigação de Crime Violentos, Combate à Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado, além de curso de pilotagem de helicópteros, ministrado pela Aeronáutica. Nascido no estado do Pará, onde exerceu as funções de agente policial, antes mesmo de alcançar a formação superior como Bacharel em Direito, o Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva tem sabido construir com segurança, ética e singular brilho a sua carreira, constituindo-se em referência para a sua instituição. Ao homenagear o Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva, esta Casa espera que, correspondendo ele a esta confiança, possa no dia-a-dia inspirar seus companheiros e responsabilidade. Seja, portanto, Doutor Paulo Márcio, bem-vindo à taba dos Timbiras, com a certeza que está sendo V.Sa. sendo recebido entre irmãos. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução n.º 007/2004, aprovado nos seus turnos regimentais, resolve promulgar a seguinte Resolução Legislativa n.º 455/04. Concede o título de Cidadão Maranhense ao Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva. Artigo 1º, fica concedido o título de Cidadão Maranhense Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva, natural de Belém Estado do Pará. Artigo 2º, esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Mando portanto a todas as suas autoridades a quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencerem que a cumpram e a faça cumprir na forma em que se encontra redigida. O senhor Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, a faça imprimir, publicar e correr. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão em 4 de novembro de 2004. Assinado, Deputado Carlos Alberto Milhomem, Presidente, Deputado Max Barros Primeiro Secretário e o Deputado Geovane Castro Segundo Secretário. Gostaria de convidar o nobre Deputado Fortunato Macedo, para que dirija-se a Mesa e faça a entrega do Título de Cidadão Maranhense ao Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva. Neste momento passo a palavra ao Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva.

O SENHOR PAULO MÁRCIO TAVARES DA SILVA - Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Nunes. Exmo. Sr. Clodomir Paz, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Municipal de São Luís. Exmo. Sr. João Jorge Jinkings Pavão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Exmo. Sr. Francisco Leônidas Gomes da Silva, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal do Maranhão. Exmo. Sr. Álvaro de Souza Rodrigues, Secretário Adjunto de Segurança Pública, representando neste ato o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Raimundo Cutrim. Exmo. Sr. Marcos José Afonso, Superintendente da Polícia da Capital, representando neste ato o delegado geral de polícia civil. Exmo. Sr. Luiz Augusto Oliveira de Freitas, Capitão dos Portos Estado do Maranhão. Exmo. Sr. Major Eron, representado a polícia militar, senhores deputados, demais autoridades presentes, muitos irmãos meus aqui presentes, sintam-se abraçados. Os homens justos e de bons costumes não poderiam ter outro sentimento, que não fosse o de incomensurável felicidade ao

receber o tão importante título, importante não pelo fato de poder nos orgulhar em possuir dupla naturalidade, mas sim pelo fato de podermos dizer que fomos acolhidos com o mesmo amor e carinho, com os quais acolhemos a todos que nesta terra maravilhosa vivem. As grandes mentes advindas do Maranhão, poderia nos trazer horas e horas de sublime palavras e frases sobre a importância e o significado de ser Maranhense. Poderemos nos reportar a Gonçalves Dias, a Josué Montelo, Nauro Machado, entre outros imortais da cultura maranhense. Porém, tudo seria nada, se não nos reportássemos com a mais pura emoção, sinceridade e felicidade. Com esta mesma emoção, sinceridade e felicidade é que agradeço do fundo do coração a honraria de ser considerado por esta Casa, a qual representa todo o povo maranhense, cidadão de tão abençoada terra. Junto a alegria deste momento constatamos situações as quais seus comentários também são de relevantes importância e de profunda reflexão já que a honraria a mim concedida está intimamente relacionada ao mister de forma sacerdotal que procuro desenvolver. Ao verificarmos o avanço da sociedade tanto no aspecto quantitativo, quanto nos aspectos tecnológicos e cultural, nos deparamos com a situações altamente negativas e nocivas a sociedade maranhense, porque não dizer a sociedade brasileira em geral. Uma dessas situações vem ser o aumento da criminalidade, a qual é diretamente proporcional a tais avanços. A criminalidade, podemos dizer que ela se divide em criminalidade de massa e uma criminalidade organizada. O aumento da criminalidade de massa, que seriam aqueles crimes corriqueiros, praticados por pessoas comuns, é desencadeada principalmente pelas desigualdades sociais; falta de renda e desestruturação familiar. Observamos também o aumento da criminalidade organizada, que diferentemente da criminalidade de massa, deve ser combatida de forma especial, visto as peculiaridades que a envolvem. A criminalidade de massa, a qual se caracteriza pela destreza ou violência dos seus autores, os quais freqüentemente vimos em nossos matutinos, deve ser com batida com métodos de investigação e perseguição diferente da criminalidade organizada, de vez que comumente os autores de tais ilícitos relacionados ao crime organizado, são pessoas que se apresentam para a sociedade como cidadãos de sucesso e a cima de qualquer suspeita. Observando e tendo consciência da realidade em termos de segurança pública em nosso Estado, o Governo do Maranhão através da Secretaria de Segurança, cujo titular é o Dr. Raimundo Cutrim, representado hoje pelo Dr. Álvaro, tem desenvolvido um grande trabalho tanto com relação aos recursos humanos; nomeações, reciclagem de servidores, quanto na aquisição de equipamentos indispensáveis para o enfrentamento de qualquer tipo de criminalidade. Ressaltamos também de forma muito positiva e importante, que a união das instituições que fazem a segurança pública em nosso Estado, quais sejam; polícia civil, polícia militar, corpo de bombeiros, polícia rodoviária federal, polícia federal aqui representada pelo Dr. Leônidas, as quais nesse momento agradeço não só em meu nome ou em nome da polícia civil, mas em nome de toda a sociedade maranhense, o apoio recebido tem sido de fundamental importância para o sucesso de várias investidas contra o crime no Estado em que vivemos. Pelo citado anteriormente, temos que a diminuição da criminalidade além das permanentes ações adotadas atualmente pela Secretaria de Segurança Pública, será consideravelmente reduzida na mesma proporção da diminuição das desigualdades sociais e da diminuição do quantitativo de famílias desestruturadas, pois um pai sem condição de sustentar a sua família, membros de família com histórico de drogas ou alcoolismo. E por incrível que possa parecer, a falta saneamento e a iluminação pública, a falta de iluminação pública, tudo fatalmente acarretará em algum tipo de delito a ser tido, computado e de responsabilidade da segurança pública, e isso talvez seja uma injustiça. Com relação especificamente aos delegados de polícia, categoria de que orgulhosamente faço parte, lembramos que a falta de garantias e prerrogativas asseguradas à outras instituições, acabam por prejudicar, dificultar e até mesmo impedir a ação da polícia judiciária com relação a sua competência a investigar determinados casos de maior repercussão. Reforço aos senhores, que qualquer outro argumento

para tirar da presidência de um determinado procedimento investigatório, que não seja a falta dessas garantias e prerrogativas, seria ofender de forma insanável a dignidade dos policiais justos, que tanto lutam para dar ao Ministério Público, ao poder judiciário subsídios para a mais justa e perfeita sentença penal, e por conseguinte levar a população mais e mais segurança. Quero também informar à todos os presentes, que o cortar da própria carne tem sido ao longo desses últimos anos realizados sem dor, visando aprimoramento técnico e moral da instituição policial, sendo que o controle externo do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública, tem contribuído sobre maneira, cada um no âmbito de suas atribuições legais para o resgate técnico, moral e ético da instituição policial. Muito temos a fazer e com o resgate técnico e moral da instituição policial, com certeza como muito mais poderemos contribuir a sociedade de nosso Estado. Em verdade senhores, as polícias precisam de garantias e prerrogativas que lhes permitam cumprir seus mister sem temer represálias de quem quer que seja, mesmo daqueles que tiverem o poder e quiserem usá-lo em proveito próprio. Prova disso, foi o combate ao Crime Organizado, que com irrestrito apoio desta Casa teve os seus poderosos protagonistas presos e alguns deles já até condenados pela nossa justiça estadual. Se o Estado der os meios necessários a polícia cumprirá com eficiência e eficácia sua missão sacerdotal e constitucional de bem combater e apurar os crimes. Para as demais as instituições que comungam com o mesmo pensamento da polícia, que é a busca incessante da paz social, lembramos as palavras de um respeitável Procurador Federal; "Com instituições fortes trabalhando unidas, cada uma dentro de suas atribuições legais, não há crime que resista". O combate a criminalidade seja organizada ou não, deve ser enfrentadas através das ações firmes por parte de todos os poderes legalmente constituídos, já que a segurança pública não é tão somente um direito de todos e dever de Estado, mas a cima de tudo um desejo singular o qual está gravado em alto relevo nos corações de todos os cidadãos maranhenses, inclusive desse que vos fala. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - O Presidente desta Casa agradece a presença de todos os senhores deputados e deputadas aqui presentes, bem como todas as autoridades que compoem a Mesa nesta Sessão Solene, especialmente ao Dr. Paulo Márcio por esse título merecidamente reconhecido e lhe dedicado. Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente Sessão Solene.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
P A R E C E R Nº 007/2004**

RELATÓRIO:

Veio a esta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 133/2004, de autoria da Deputada TELMA PINHEIRO, que dispõe sobre a criação de um Cadastro Estadual de Foragidos da Justiça.

O presente Projeto de Lei já tramitou na Doutra Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável pela constitucionalidade. Por força regimental, cabe a esta Comissão apreciar quanto ao mérito.

A proposição em análise é de grande relevância uma vez que visa a implantação de um Cadastro Estadual de Foragidos da Justiça, instrumento capaz de centralizar informações precisas sobre as pessoas que cometem graves delitos e estão foragidos.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão, julgamos que a proposição é meritória. Assim sendo, votamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 133/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”,
em 30 de novembro de 2004

Dep. Luis Pedro – Presidente

Dep. Teresa Murad-Relatora

Dep. Eligio Almeida

Dep. Manoel Ceará

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PARECER Nº 221/2004

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 144/2004, de iniciativa da ilustre Deputado Pavão Filho, que considera de Utilidade Pública a Associação dos Empregados Domésticos e Autônomos do Estado do Maranhão, fundada em 02 de janeiro de 1995, com sede no Bairro Liberdade e Foro no Município de São Luís - Maranhão.

Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidade de prestar Assistência Odontológica e jurídica aos seus associados.

À vista da documentação acostada ao presente Projeto de Lei, conclui-se que a mesma atende as exigências legais.

Ressalte-se, ademais, que o Projeto de Lei em consideração obedece aos ditames da boa técnica legislativa.

VOTO DO RELATOR:

A proposição sob exame está redigida de acordo com o que preceitua a legislação específica, assim sendo, votamos pela sua aprovação, presente os pressupostos de ordem constitucional e regimental.

É o voto

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 144/2004, em parecer terminativo, nos termos da Resolução Legislativa nº 335 de 23 de dezembro de 1999.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”
, em 01 de dezembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURAD - PRESIDENTE

DEPUTADO CARLOS BRAIDE -RELATOR

DEPUTADO PAVÃO FILHO

DEPUTADO ALBERTO FRANCO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PARECER Nº 222/2004

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, a Proposta de Emenda Constitucional nº 009/2004, tendo como primeiro signatário o Senhor Deputado PAVÃO FILHO, que acrescenta dispositivo ao art. 51 da Constituição do Estado do Maranhão.

Em síntese, a presente Proposta de Emenda tem como objetivo obrigar o TCE a prestar as informações sobre as contas e ou auditorias realizadas em municípios maranhenses, tendo em vista que essa Corte de Contas, órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, no controle externo, tem negado sistematicamente prestar quaisquer informações à Assembléia Legislativa, nesse sentido.

No que se refere à iniciativa ou autoria da matéria e requisito constitucional de pelo menos quatorze signatários, o projeto atendeu ao requisito para propositura.

Assim sendo, toda e qualquer alteração da Constituição Estadual, que o Estado queira imprimir, no exercício legítimo do poder constituinte decorrente, é perfeitamente possível, desde que a medida tomada não viole nenhum princípio fundamental da Constituição Federal, de observância obrigatória pelos Estados – membros.

VOTO DO RELATOR:

Pelas razões expostas, constata-se que a proposta de emenda não afronta o mandamento constitucional em vigor. Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 009/2004, na forma do texto original.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão Constituição e Justiça e Redação Final, votam pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 009/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”,
em 01 de dezembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURA - PRESIDENTE

DEPUTADO CARLOS BRAIDE -RELATOR

DEPUTADO PAVÃO FILHO

DEPUTADO ALBERTO FRANCO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PARECER Nº 223/2004

RELATÓRIO:

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 64, IV e 47, da Constituição do Estado, encaminhou a esta Casa Legislativa, a Mensagem nº 084/2004, por meio da qual opõe veto total a propositura de lei nº 099/2004, que dispõe sobre o registro e informação sobre a publicidade estadual.

Ao vetar totalmente a proposição, o Governador do Estado alega que o projeto apresentado invade, de forma indireta o campo de matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, no encaminhamento de projetos de lei que disponham sobre atribuições das Secretarias de Estado e outros órgãos da administração pública

estadual, de acordo com o determinado pelo art. 43, V, da Constituição Estadual.

Com efeito, o Projeto de Lei nº 099/2004, aprovado por esta Casa, atende os requisitos legais e em especial ao disposto no art. 31, inciso XX da Constituição Estadual, portanto, a medida consubstanciada no presente Projeto de Lei tem amparo constitucional.

Isto posto, as razões expedidas por Sua Excelência, o Governador do Estado não são convincentes.

VOTO DA RELATORA:

Diante do exposto e, considerando que o Projeto de Lei nº 099/2004, está de conformidade com os preceitos acima citados, votamos pela REJEIÇÃO do veto governamental, e conseqüente aprovação do presente Projeto de Lei.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão Constituição e Justiça e Redação Final, por maioria, votam pela REJEIÇÃO do Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 099/2004, nos termos do voto da Relatora.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 01 de dezembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURAD - PRESIDENTE E RELATORA

DEPUTADO CARLOS BRAIDE

DEPUTADO PAVÃO FILHO

DEPUTADO ALBERTO FRANCO

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TERESA MURAD – PRESIDENTE

CARLOS BRAIDE

STÊNIO RESENDE

ANTONIO PEREIRA

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 219/2004 – (EM REDAÇÃO FINAL) – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 012/2004, que ALTERA a denominação do capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, dá nova redação aos artigos 105, 106, 108, 109, 126, 130 e 133 da mesma Lei e dá outras providências

AUTORIA : MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATORA: Deputada TEREZA MURAD

PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto da Relatora.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, CONJUNTAMENTE COM ÀS COMISSÕES POLÍTICA AGRÁRIA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAÚDE, SEGURIDADE E AÇÃO SOCIAL, REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 11:30 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TEREZA MURAD – Presidente

CARLOS BRAIDE

RIGO TELES

MAURO BEZERRA

PAULO NETO

RUBEM BRITO

SOLINEY SILVA

STÊNIO RESENDE

MANOEL CEARÁ

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 215/2004 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 143/2004, capeado pela Mensagem Governamental nº 082/2004, que DISPÕE sobre a pesquisa a experimentação, a produção a embalagem e rotulagem o transporte o armazenamento a comercialização a utilização a importação a exportação o registro o destino final dos resíduos e embalagens vazias o controle a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado do Maranhão e dá outras providências.

AUTORIA : PODER EXECUTIVO

RELATORA: Deputada TEREZA MURAD

PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto da Relatora.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, CONJUNTAMENTE COM AS COMISSÕES DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO E RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 18:30 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TEREZA MURAD - PRESIDENTE

CARLOS BRAIDE

RUBEM BRITO

STÊNIO RESENDE

PAVÃO FILHO

LUIZ PEDRO

RUBENS PEREIRA

SOLINEY SILVA

ANTONIO PEREIRA

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 218/2004 - Emitido ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2004, que ALTERA a denominação do Capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, dá nova redação aos arts. 105, 106, 108, 109, 126, 130 e 133 da mesma lei e dá outras providências.

AUTORIA : MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATORA: Deputada TEREZA MURAD
PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto da Relatora.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 11:00 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS" DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TEREZA MURAD - Presidente
CARLOS BRAIDE
RIGO TELES
MAURO BEZERRA
PAULO NETO
RUBENS PEREIRA
SOLINEY SILVA
STÊNIO RESENDE

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 214/2004 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 142/2004, capeado pela Mensagem Governamental nº 081/2004, que INSTITUI o Fundo Especial de Segurança Pública – FESP, e dá outras providências.

AUTORIA : PODER EXECUTIVO
RELATORA: Deputada TEREZA MURAD
PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto da Relatora.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, CONJUNTAMENTE COM AS COMISSÕES DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO E RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 18:00 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO

SANTOS" DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TEREZA MURAD- Presidente
CARLOS BRAIDE
PAVÃO FILHO
ANTONIO PEREIRA
STÊNIO RESENDE
LUIZ PEDRO
RUBENS PEREIRA
SOLINEY SILVA
RUBEM BRITO

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 216/2004 - Emitido ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2004, capeado pela Mensagem Governamental nº 06/2004 que ALTERA a redação sobre a criação de dispositivos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991) e dá outras providências.

AUTORIA : PODER EXECUTIVO
RELATOR: Deputado CARLOS BRAIDE
PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

| CORREIOS TELEGRAMA | | Para enviar telegrama ligue 0800 5199100 ou acesse www.correios.com.br | |
|---|--|--|--|
| <p><<INFORMO CARO DEPUTADO QUE A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 575 - A, DE 1989, QUE DÁ REDAÇÃO AO INCISO IV, DO ART. 20 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FOI INCLUIDA NA ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA, AGENDADA PARA 02/12/2004, EM PLENÁRIO.</p> <p>CORDIAIS SAUDAÇÕES,</p> <p>SENADOR JOSÉ SARNEY PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL>></p> <p>Postado via SPE, em 29/11/2004 às 19:36.</p> | | | |
| <p>SENADO FEDERAL / Gab. da PRESIDÊNCIA Praça dos Três Poderes - Prédio Principal - 1º Andar Bom. Cívico-Administrativa 70145-900 - Brasília/DF</p> | | <p>USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS</p> <p><input type="checkbox"/> Matrícula <input type="checkbox"/> Retenuto <input type="checkbox"/> Assunto <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Endereço incorreto. Faltou: <input type="checkbox"/> Outros (especificar)</p> | |
| <p>DEPUTADO RIGO TELES Rua do Egito, 144 144 Centro 55010-908 - São Luís/MA</p> | | <p>NUMERO DO TELEGRAMA MK000248420BF 28903</p> <p></p> <p>TL4H</p> | |



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

| Nome | Especialidade | Dia da Semana | Horário |
|------------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|
| Jorge Cateb (Coordenador) | Ginecologia/Clinica | Diariamente | 08:30 às 13:00 horas |
| Célia Furtado Ribeiro | Clinica Médica | Segunda-Feira | 15:00 às 18:00 horas |
| Gilma Abreu Costa Pereira | Pediatria | Segunda-Feira | 15:00 às 17:00 horas |
| Maria do Carmo Chagas | Ginecologia/Clinica | Segunda-Feira | 13:00 às 15:00 horas |
| Rivo Sérgio de Brito (Chefe) | Clinica Médica | Terça-Feira | 08:30 às 12:00 horas |
| Ibraim Almeida | Pneumologia | Quarta-Feira | 10:00 às 13:00 horas |
| Maria do Carmo Chagas | Ginecologia/Clinica | Quarta-Feira | 08:00 às 10:00 horas |
| Gilma Abreu Costa Pereira | Pediatria | Quinta-Feira | 09:00 às 12:00 horas |
| Rubens Rotondo Júnior | Ortopedista/Acupuntura | Quinta-Feira | 15:00 às 18:00 horas |
| Izaías Amaral | Clinica Médica | Quinta-Feira | 08:30 às 12:00 horas |
| Rubens Rotondo Júnior | Ortopedista/Acupuntura | Sexta-Feira | 15:00 às 18:00 horas |
| Maria da Graça Anchieta | Ginecologia | Sexta-Feira | 09:00 às 12:00 horas |

DENTISTAS

| Nome | Especialidade | Dia da Semana | Horário |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Maurício Manso Correia | Dentista | Segunda-Feira | 14:00 às 18:00 horas |
| Maria Irani de Jesus Santos | Dentista | Terça-Feira | 08:00 às 13:00 horas |
| Jeane Carneiro Leda | Dentista | Terça-Feira | 14:00 às 17:00 horas |
| Maria Edla C. P. Araújo | Dentista | Quarta-Feira | 08:00 às 10:00 horas |
| Enedina Linhares Sales | Dentista | Quarta-Feira | 10:00 às 13:00 horas |
| Jeane Carneiro Leda | Dentista | Quarta-Feira | 14:00 às 17:00 horas |
| Roseane Pessoa Lima | Dentista | Quinta-Feira | 08:00 às 13:00 horas |
| Marília Barros Muniz | Dentista | Quinta-Feira | 14:00 às 17:00 horas |
| Nemézio de Sá Sousa (Chefe) | Dentista | Sexta-Feira | 08:00 às 13:00 horas |

1.º DE DEZEMBRO DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS

O Dia Mundial de Luta contra a AIDS foi criado em 1988 durante um encontro internacional de Ministros da Saúde, reunidos em Londres, e logo foi adotado por 140 países. Todo ano, a Un aids (programa das Nações Unidas para a AIDS) define uma estratégia de abordagem do problema da AIDS a ser adotada em todo o mundo. Isso aconteceu no início e, após 11 meses, as atividades culminaram com o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS.

O objetivo principal é mobilizar as pessoas para que descubram sua melhor forma de contribuir e auxiliar no enfrentamento da infecção pelo vírus HIV.

O símbolo da luta contra a AIDS é um laquinho vermelho retorcido.

O Laço Vermelho da Consciência da AIDS, ou simplesmente Laço vermelho é visto como símbolo de solidariedade e compromisso na luta contra a AIDS.



O Projeto Laço Vermelho foi criado em 1991 pelo Grupo Visual AIDS, em Nova Iorque, uma instituição formada por profissionais de arte preocupados em reconhecer e homenagear amigos que morreram ou estavam morrendo de AIDS. Um dos artistas do Visual AIDS sugeriu a criação de um símbolo único, de domínio público, que exprimisse a solidariedade em relação aos portadores do vírus HIV.

Em 1991, o ator Jeremy Irons recebeu o "Tony Awards", uma premiação de teatro, com um laço vermelho preso à camisa. O sucesso foi imediato e duradouro.

O projeto Laço Vermelho se tornou uma poderosa ferramenta na luta contra a doença. O uso do laço vermelho tem dado visibilidade à luta contra a AIDS. Os militantes esperam que o laço vermelho passe a fazer parte do cotidiano das pessoas e que o 1º de dezembro seja todos os dias do ano.